

8

 Brasília,
QUARTA-FEIRA, 22 DE NOVEMBRO DE 2006

 CORREIO
BRAZILIENSE

INOCENCIA PERDIDA



COMBATE DIFÍCIL

DISTRIBUÍDOS PELOS QUATRO CANTOS DO PAÍS, OS CONSELHOS TUTELARES ENFRENTAM DIFICULDADES FINANCEIRAS E DE INFRA-ESTRUTURA PARA ATENDER À DEMANDA DE DENÚNCIAS SOBRE EXPLORAÇÃO SEXUAL DE MENINOS E MENINAS

ABUSO

Ato ou jogo sexual em que o adulto submete a criança ou o adolescente para se estimular ou se satisfazer sexualmente, impondo-se pela força física, pela ameaça ou pela sedução, com palavras ou com oferta de presentes

Agência de Notícias dos Direitos da Infância

EXPLORAÇÃO

Compreende o abuso sexual praticado por adultos e a remuneração em espécie ao menino ou menina e a uma terceira pessoa ou várias. A criança é tratada como objeto sexual e mercadoria. A exploração sexual comercial de crianças constitui-se em uma forma de coerção e violência contra crianças, que pode implicar trabalho forçado e forma contemporânea de escravidão

Declaração aprovada no Congresso Mundial contra a Exploração Sexual Comercial de Crianças e Adolescentes, Estocolmo, 1996

PORNOGRAFIA

Exposição de imagens eróticas de pessoas ou de parte delas ou de práticas sexuais entre adultos, adultos e crianças, entre crianças ou entre adultos com animais, em revistas, livros e na internet. A pornografia envolvendo crianças e adolescentes é considerada crime, tanto de quem fotografa crianças nuas ou expõe suas imagens em posições sedutoras com objetivos sexuais, como de quem mostra, a crianças, fotos, vídeos ou cenas pornográficas

Guia Escolar - Método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 2003

TURISMO

O turismo sexual se caracteriza, por um lado, pela organização de "excursões" turísticas, com fins não declarados de proporcionar prazer sexual a turistas estrangeiros ou de outras regiões do país e, por outro lado, pelo agenciamento de crianças e adolescentes para oferta de serviços sexuais

Guia Escolar - Método para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, 2003

TRÁFICO

O tráfico de mulheres, crianças e adolescentes é uma das modalidades mais perversas de exploração sexual. A prática envolve atividades de cooptação e/ou aliciamento, rapto, intercâmbio, transferência e hospedagem da pessoa recrutada para essa finalidade

Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (Cecria), 2002

FALTAM MAIS ARGUMENTOS

Quando meninas ou meninos são abordados pela Rede de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, assistentes sociais, educadoras e psicólogas começam um complexo trabalho de convencimento. O esforço é para tirar as crianças da condição de vítimas da exploração sexual. Seja nas ruas das cidades ou nas praias do Nordeste. Uma das estratégias, além de muita conversa com as vítimas e seus familiares, está na oferta de novas condições de vida, ligadas, principalmente, ao futuro profissional.

Aparece aí mais um problema no combate à exploração. A cidade de Fortaleza, no Ceará, mesmo sendo referência no enfrentamento da prostituição, ainda não conseguiu combater a reincidência

psicóloga Thaís Maciel Meselli. "Nosso esforço teria efeito contrário."

Em Muaná, no Pará, o telefone divulgado como sendo do conselho é, na verdade, de um orelhão. Sempre que toca, há correria. Às vezes, a aposentada Maria de Lourdes Caetano atende antes dos conselheiros. Apesar de discreta, a vizinha do conselho fica curiosa para saber quem dos 20 mil moradores está telefonando. E, principalmente, qual o motivo da chamada.

Em Medina, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, é ainda pior. Não há um orelhão próximo ao conselho. O que vale são os celulares dos cinco conselheiros. O problema é que, na cidade, apenas uma das várias operadoras de celular tem sinal. "Já aconteceu de gente me telefonar a cobrar de um telefone público da rua", lembra Elbio Ramalho.

As três histórias podem parecer inusitadas, mas se repetem em quase todos os conselhos tutelares espalhados pelo país. "O município instala o conselho, mas não garante autonomia financeira. Até porque, em várias cidades, os conselheiros podem incomodar autoridades envolvidas na rede de exploração

sexual", argumenta Rinaldo Segundo, promotor de Justiça em Poconé.

Além da falta de autonomia financeira, um dos grandes desafios da rede de enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes é a politização dos conselhos tutelares. Em vários municípios brasileiros, o cargo de conselheiro virou trampolim político. Há quem procure se integrar ao conselho de olho em uma cadeira de vereador ou deputado estadual. Em Ananindeua (PA), houve até campanha este ano para o cargo. Com direito a tudo: santinhos, cartazes e, inclusive, boca-de-urna no dia da votação.

"O conselho foi criado como uma instituição de alto prestígio para a comunidade. Era um ícone da nossa civilidade", observa Neide Castanha, secretária-executiva do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes (Cecria). "O problema é que fomos muito confiantes no plano teórico e pouco vigilantes na implementação", completa. Neide está organizando um encontro com quase mil conselheiros de todo país, em Luziânia (GO), que começa hoje a segue até sexta-feira. (Erika Klingl)

Fotos: Cadu Gomes/CB



TRABALHO DIÁRIO: CONSELHEIROS RECEBEM DEZENAS DE DENÚNCIAS CONTRA A VIOLÊNCIA SEXUAL SOFRIDA POR MENINAS NAS CIDADES

de forma eficiente. "Oferecemos curso de manicure para as meninas, mas só metade aproveitou a chance de ganhar o seu dinheirinho", relata Maria de Lourdes Caltabiano Magalhães, coordenadora do Centro de Referência da Assistência Social do estado.

Não é preciso ir longe para entender o motivo da falta de empenho das garotas. As barracas da Praia do Futuro, que fica a 20km do centro, oferecem serviço de manicure e pedicure por R\$ 25. Quando as vítimas de turismo sexual estão na praia com turistas estrangeiros, são eles que pagam por esse serviço. Tudo para agradar as garotas. Por alguns minutos, elas se sentem como madames. Por isso, dificilmente, vão querer trocar de lugar.

"A gente definitivamente não tem uma ótima proposta para que elas deixem a condição de exploradas", afirma Roseli Schuster, coordenadora do Centro Referência da Assistência Social em Foz do Iguaçu (PR). "Pedimos para elas deixarem de fazer programa para voltar para uma casa que, muitas vezes, não tem nem o básico, para uma escola cheia de preconceito e para um curso profissionalizante que muitas vezes não tem nada a ver com elas?", provoca. (EK)



CENTROS DE REFERÊNCIA TENTAM OFERECER OPORTUNIDADES A VÍTIMAS DA PROSTITUIÇÃO